

Petrolino

Ano VII | nº 67 | Março 2019



RESISTÊNCIA

Seminário discutirá futuro dos aposentados e pensionistas na Bahia

Evento vai organizar luta contra o fim da Petros e AMS



O Sindipetro Bahia está organizando o Seminário dos Aposentados e Pensionistas Petroleiros da Bahia, que acontece nos dias 28 e 29 de março, em Salvador, no Portobello Ondina Praia Hotel.

O evento discutirá o futuro dos aposentados e pensionistas que residem na Bahia, caso a ameaça da saída da Petrobrás do nosso estado se concretize.

Desde o golpe que derubou a presidente Dilma Rousseff, a agenda de privatizações que havia sido colocada em prática por FHC

foi retomada pelo ilegítimo governo de Temer.

No Sistema Petrobrás, a privatização vem sendo feita por meio da chamada venda de ativos.

No governo Bolsonaro, a ameaça continua. O presidente indicado para comandar a Petrobrás, Roberto Castello Branco, tem anunciado que todas as unidades da companhia e de suas subsidiárias podem ser colocadas à venda.

A Bahia será o estado mais atingido por essa política de desmonte e entre-

ga do patrimônio na nacional. Aqui, serão vendidos os campos terrestres, a RLAM e o Temadre. As termelétricas também estão à venda, além do fechamento da FAFEN.

Diante deste quadro, uma pergunta é urgente: caso a Petrobrás encerre suas atividades na Bahia, como ficaria o futuro do aposentado e pensionista, que reside no estado?

Seu plano de previdência, a PETROS, e seu plano de saúde, a AMS, continuariam existindo?

Se continuassem, quem atenderia esses aposentados e pensionistas baianos?

Nesse seminário, a direção do Sindipetro Bahia pretende buscar as respostas a essas perguntas e, mais do que isso, encontrar soluções para esses graves problemas.

A reforma da Previdência e seus impactos para os trabalhadores será outro tema discutido nesse importante seminário.

Já estão confirmadas as presenças de Varley Gonçalves (COBAP), Luiz Felipe (ANAPAR), Wilson Roberto Ribeiro (FENAPI/CUT), Marise Sansão (FEASAPEB) e

Paulo César Martin (conselheiro da PETROS) como debatedores.

A direção do Sindipetro acredita que diante dos ataques que estão sendo feitos aos direitos desse segmento, o evento se torna de extrema importância.

O objetivo do novo governo é acabar com a Petrobrás, principalmente na Bahia. Uma empresa privada não terá nenhum interesse em patrocinar o Plano PETROS ou administrar a AMS para os aposentados e pensionistas.

As Resoluções 22, 23 e 25, editadas pelo Conselho de Gestão e Participações (CGPAR), no final do governo Temer, e apoiadas pelo atual governo Bolsonaro, já estão facilitando a vida dos futuros compradores da Petrobrás e de suas subsidiárias.

Portanto, sua presença é fundamental. Não podemos esperar que o pior aconteça para só então tomar providências. A luta precisa ser feita antes e com a participação de todos e todas. Como dizia o cantor Geraldo Vandré, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

8º Congresso dos Petroleiros defende permanência da Petrobrás na Bahia

Direção da PETROS descumpre calendário acertado com o GT Petros e FUP cobra explicações

8º CONGRESSO



Em cenário adverso, petroleiros se organizam contra perda de direitos

Com o tema “Petrobrás na Bahia – Conquista de um povo que não pode ser apagada”, o 8º Congresso da categoria petroleira, que acontece, nos dias 29, 30 e 31 de março, no Portobello Ondina Praia Hotel, será palco de discussões econômicas e políticas, que darão o norte para a sobrevivência da Petrobrás e de suas subsidiárias e a manutenção dos direitos dos petroleiros e petroleiras, próprios e terceirizados.

Em um cenário cada vez mais adverso, os trabalhadores e trabalhadoras precisam se organizar e o Congresso é

o local legítimo para que isso aconteça.

Com o novo governo, que ainda não saiu do palanque da campanha e tem feito uma trapalhada atrás da outra, a Petrobrás e suas subsidiárias continuam sob fogo cruzado e nunca chegaram tão perto de serem privatizadas. Lutar contra o desmonte e a privatização da empresa e de suas subsidiárias será um dos nossos grandes desafios, além de tentar barrar o projeto de reforma da previdência, que torna a aposentadoria praticamente inalcançável.

Por tudo isso, a presença da

categoria nesse congresso é muito importante. Esse é o momento para dar opiniões, fazer propostas e debater para que consigamos garantir um bom e forte Acordo Coletivo e, consequentemente, nossos empregos e direitos, além de traçar estratégias em defesa do Sistema Petrobrás e da AMS, que correm grande risco de acabar.

Como funciona o Congresso?

O Congresso é a instância máxima de decisão da categoria. O que for decidido durante o evento, pelos delegados que representam todos os petroleiros e petroleiras do

Sistema Petrobrás na Bahia, prevalece sobre todas as decisões adotadas anteriormente.

Os delegados que formam o plenário do Congresso discutem as diversas teses enviadas pelos trabalhadores e, após votação, as aprovadas são encaminhadas para a Plenária da Federação Única dos Petroleiros (FUP), onde são apresentadas novamente. Caso aprovadas, passam a fazer parte da pauta de reivindicações da categoria, além de definir a estratégia e as ações das direções sindicais e um Calendário de Lutas para conquistar essas reivindicações.

IRPF

Sindipetro oferece aos seus associados assessoria para declaração de imposto de renda



O Sindipetro Bahia está oferecendo aos seus associados, o serviço de elaboração da declaração do imposto de renda para pessoa física. O serviço é prestado pelo assessor tributário, Geovaldo Sousa, conhecido como Sousa. O atendimento é realizado através da distribuição de senha, na sede do sindicato, em Nazaré.

Para a prestação do serviço, o associado deve comparecer ao sindicato até o dia 22 de abril. São necessários os seguintes documentos:

- Informe de rendimentos da Petros

- Informe de rendimentos do INSS

- Declaração das despesas da AMS

- Declaração de dependentes com CPF

- Registro de imóveis (cadastro do IPTU)

Quando houver pagamento de processo judicial (níveis, etc), o associado deve procurar o seu advogado para se informar sobre a documentação necessária para a declaração do imposto de renda e anotar o número da OAB do advogado. As dúvidas podem ser tiradas através do número: (71) 3011-6482.



ANTISSINDICAL

Crime contra a organização sindical

Todos contra a MP873



A medida provisória 873 editada na sexta-feira (1), pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), proíbe o desconto da contribuição sindical dos salários dos trabalhadores. A medida exige autorização individual para a cobrança, que deve ser feita por meio de boleto bancário. Ou seja, mesmo com a aprovação da categoria em assembleia pela cobrança da contribuição, isso não poderá mais ser feito pelos sindicatos.

Em nota conjunta divulgada após reunião, as centrais informaram que denunciarão o governo brasileiro na Organização Internacional

do Trabalho (OIT) e demais organismos internacionais por "práticas antissindicais".

A MP, afirmam, fere o princípio de liberdade e autonomia sindical e o direito de organização dos trabalhadores, dificultando o financiamento das entidades de classe.

"As centrais sindicais, os sindicatos, federações e confederações de trabalhadores tomarão todas as medidas de caráter legal e iniciativas junto ao Congresso Nacional e às bancadas dos partidos políticos, além de mobilizar para derrotar a MP 873 e os ataques contra o movimento

sindical", afirma a nota.

Assinam o texto a CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST, CSB, CGTB, CSP-Conlutas e Intersindical.

Além da MP editada na semana passada, o governo também planeja propor o fim da obrigatoriedade de existir apenas um sindicato por categoria em cada região.

O Sindipetro entende que essa medida provisória é um ataque a todos os sindicatos petroleiros de todo o país. "Além de dificultar a nossa resistência contra a reforma

da previdência, também busca limitar a resistência contra o processo de privatização da Petrobrás e suas Subsidiárias, enfraquecer o movimento sindical, facilitar os ataques aos trabalhadores do setor privado, aos acordos coletivos do Sistema Petrobrás e à retirada de direitos (Petros, AMS, etc), e ainda tenta diminuir a resistência a uma nova reforma trabalhista, que virá para retirar mais direitos" afirma o diretor do Sindicato, Radiovaldo Costa.

EQUACIONAMENTO

Direção da PETROS descumpre calendário acertado com o GT Petros e FUP cobra explicações



O calendário acertado entre a direção da PETROS e o GT PETROS, durante reunião realizada no fim de dezembro passado, na sede da Petros, no Rio de Janeiro, com o presidente da fundação e os membros do GT – não foi cumprido.

Nesse calendário, a PETROS teria que apresentar os estudos necessários para a implementação da proposta do GT PETROS de um novo equacionamento dos Planos PETROS 1 (repactuados e não repactuados).

Diante da situação, a direção da FUP e do Sindipetro Bahia cobrarão explicações da direção da PETROS.

Nesse mesmo sentido,

os membros do GT PETROS solicitarão uma nova reunião com a direção da PETROS, ainda no mês de março, para definir um novo cronograma.

A proposta de outro equacionamento, para substituir o atual, havia sido elaborada pela FUP, FNP e FNTTAA, com o apoio de todos os sindicatos e associações, representantes dos assistidos e participantes desses planos, e foi definida no GT Petros, sendo encaminhada à fundação para a realização de estudos, simulações, e calibragem para definir os percentuais das novas contribuições desses planos e dos redutores (deflatores) dos reajustes anuais

que serão aplicados nos seus benefícios.

Além disso, a PETROS teria que apresentar uma análise jurídica e atuarial sobre o conjunto de alterações regulamentares, de forma a garantir o equilíbrio atual e permanente dos Planos Petros 1 (repactuados e não repactuados).

O conselheiro deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin, explica que esses estudos técnicos, que a Petros ainda fará, são necessários para atestar a viabilidade dos valores e das alterações no regulamento propostos pelo GT Petros.

Após a emissão dos pareceres atuarial, jurídico,

contábil e de conformidade finais, a proposta será deliberada no Conselho Deliberativo da Petros e nos órgãos de fiscalização da fundação e da Petrobrás (Previc e Sest).

De acordo com o antigo cronograma encaminhado pela Petros ao GT PETROS, a previsão era de que esses estudos e pareceres estivessem concluídos até março e que o processo de adesão individual pudesse ocorrer a partir de junho deste ano.

Compõem o GT PETROS, os representantes da Petrobrás, da PETROS e das entidades sindicais (FUP, FNP e FNTTAA).

Caravana da Informação reúne aposentados e pensionistas em Salvador e no interior

Centenas de aposentados participaram, ao longo do mês de fevereiro, da Caravana da Informação, que esteve no CEPE Stella Mares, CEPE 2004, Ribeira e sede do Sindipetro, além dos municípios de Feira de Santana e Alagoinhas.

A Caravana da Informação é um evento mensal que reúne aposen-

tados e pensionistas para discutirem temas como acordos coletivos, AMS, Petros 1 e 2, questões jurídicas, conjuntura política e formas de luta contra a privatização da Petrobrás e de suas subsidiárias.

O calendário da Caravana continuará no fim do mês de março e durante o mês de abril.

As reuniões ocorrerão em Salva-

dor, nos bairros da Liberdade, Periperi e Pernambués. Também estarão no roteiro os municípios de Lauro de Freitas, Catu e São Sebastião.

No fim do mês de abril e início de maio, as palestras serão realizadas em: Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Entre Rios e Serrinha.

A direção do Sindipetro Bahia entrará em contato com os aposentados e pensionistas por telefone para avisar o dia e o local das reuniões. Por isso, é importante que os companheir@saposentados.org.br e pensionistas mantenham seu cadastro atualizado no Sindicato.